

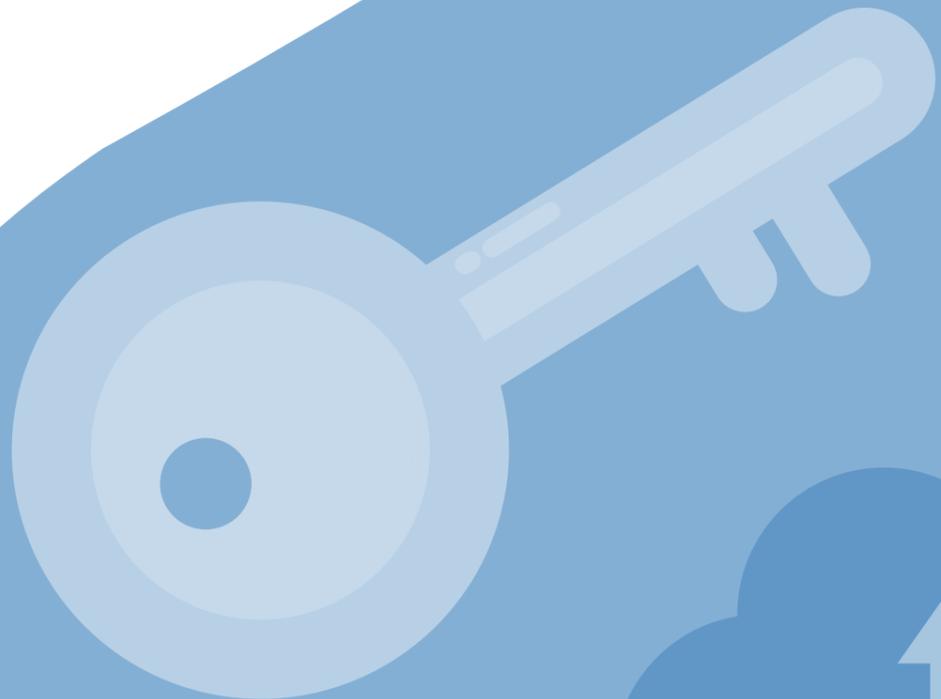
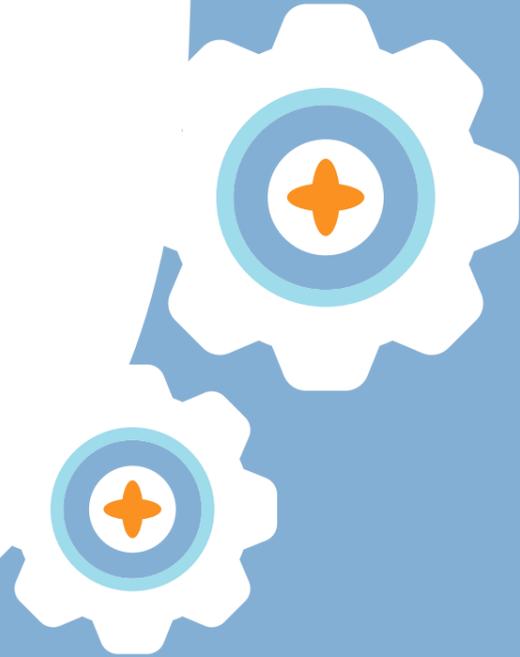
POLÍTICA EXTERNA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

POL.009.01



ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Responsável pelo tratamento	5
3. Princípios de proteção de dados pessoais	6
4. Que dados pessoais recolhemos	7
5. Quais as finalidades de tratamento dos dados, porquê e durante quanto tempo tratamos os seus dados pessoais	7
6. Segurança dos dados pessoais do titular dos dados	9
7. Partilha dos dados pessoais do titular dos dados	9
8. Direitos do Titular dos Dados	10
9. Fale connosco	11
10. Alterações à Política de Privacidade	11



1. INTRODUÇÃO

A Águas do Vale do Tejo, S.A. (adiante “AdVT”), está empenhada em proteger a privacidade e proteção de dados e dos/as titulares dos dados que acedem ao seu website e/ou utilizam os seus serviços.

Com a presente Política de Proteção de Dados (“Política”), pretendemos reforçar o nosso compromisso e empenho no cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, de privacidade e de segurança de informação, nomeadamente do Regulamento 2016/679/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (doravante, “RGPD”) e Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (“Lei de Proteção de Dados”), de forma a proteger os dados pessoais e a privacidade dos/as titulares.

A Política em vigor na AdVT aqui apresentada, encontra-se disponível para consulta no website da AdVT e será facultada a todos/as os/as interessados/as, nomeadamente clientes e fornecedores.

Esta Política define:

- Que dados pessoais recolhemos e tratamos sobre si enquanto titular dos dados;
- A partir de onde obtemos os dados;
- O que fazemos com esses dados;
- Como armazenamos os dados;
- Para quem transferimos, a quem divulgamos os dados;
- Como asseguramos os seus direitos de proteção dos dados;
- E como cumprimos as regras de proteção de dados.

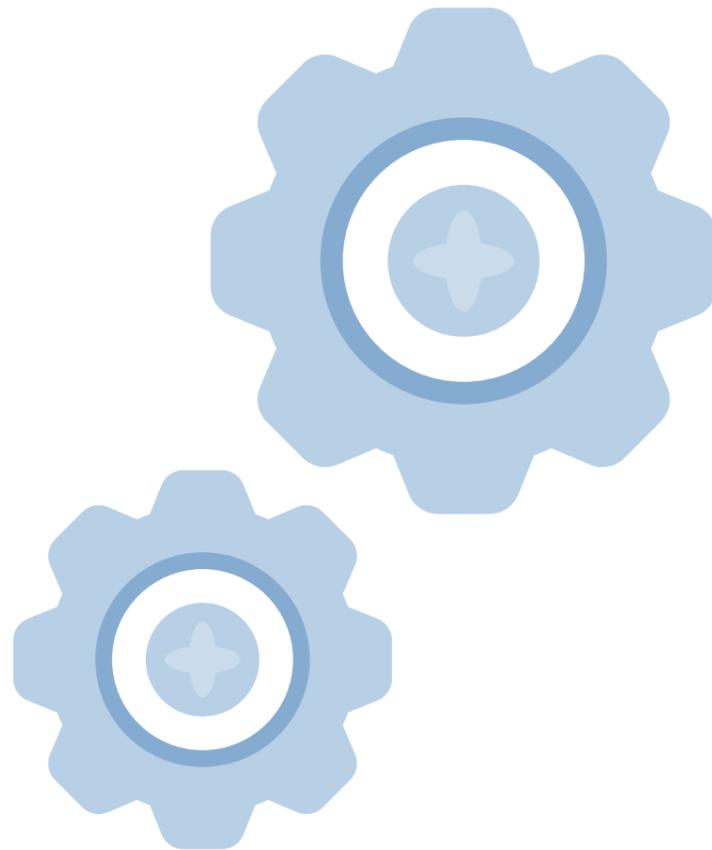
Os dados pessoais que recolhemos e tratamos sobre si, através da utilização do nosso website estão descritos na **Política de Cookies**, que se encontra disponível para consulta em <https://www.advt.pt/index.php/pt/>.

2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A AdVT¹ é responsável pela recolha e tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, nos termos e para as finalidades indicados no presente documento, em cumprimento das obrigações legais aplicáveis nesta matéria.

A Águas do Vale do Tejo, S.A., surge na sequência da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e redenominada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, no âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. A concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo e à EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, a sua gestão delegada, pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, tendo o Decreto-Lei n.º 34/2017 mantido a mesma atribuição. No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu diversas obrigações inerentes à sua gestão, designadamente: gestão dos ativos, gestão das operações de abastecimento e de saneamento, gestão comercial e financeira, gestão de recursos humanos, gestão logística e o apoio jurídico.

¹ AdVT - Águas do Vale do Tejo, S.A., com sede na Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21, r/ch, 6300 -693 Guarda, com o NIPC 513606130 e com capital social de € 83.759.578,00.



Perante o exposto, apesar da AdVT, S.A. ser a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais de acordo com a Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto), é a EPAL, S.A. que garante o cumprimento das obrigações legais aplicáveis nesta matéria, nomeadamente determina as finalidades, gere e realiza o tratamento dos dados pessoais, assegura a existência das medidas de segurança e os deveres de informação neste âmbito.

A proteção dos dados pessoais e a privacidade dos seus titulares estão consubstanciados nas Políticas e nos documentos normativos internos da EPAL, que abrangem o tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da exploração e gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo. A AdVT, através do seu Conselho de Administração, subscreve as políticas e os documentos normativos internos em vigor na EPAL, aplicáveis a estas matérias.

Os dados pessoais podem ainda ser tratados por entidades subcontratadas para o efeito, pela AdVT ou pela EPAL. Qualquer entidade subcontratada tratará os dados em nome e por conta da AdVT e/ou da EPAL, e na estrita obrigação de seguir as instruções da mesma. A EPAL e/ou a AdVT asseguram que tais entidades oferecem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma a que o tratamento satisfaça os requisitos da legislação aplicável e assegure a segurança e proteção dos direitos dos titulares dados, nos termos do contrato ou acordo de subcontratação celebrado com as mesmas.

3. PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Na prossecução das atividades associadas à gestão do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, são levados a cabo tratamentos de dados pessoais relacionados com os serviços prestados pela AdVT, compromissos assumidos com as partes interessadas, atividades de marketing e de educação ambiental e uma série de outras atividades relacionadas e de suporte. Os dados podem ser recebidos diretamente de um titular de dados, por exemplo, pessoalmente, por correio, e-mail, telefone, ou de outras fontes.

A EPAL implementa procedimentos e regras para garantir que todos/as os/as trabalhadores/as, colaboradores/as e parceiros/as recolhem apenas dados pessoais que sejam relevantes e necessários para desempenhar as suas funções e cumprir as inerentes finalidades.

A AdVT e a EPAL estão comprometidas em respeitar os princípios de proteção de dados estabelecidos pelo RGPD, que são:

- **Licitude, lealdade e transparência:** isto significa que devemos ter uma base de legitimidade para a qual estamos a tratar dados pessoais, por exemplo, uma relação contratual com o titular dos dados, se o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação legal a que estamos sujeitos ou o consentimento do titular dos dados. Isso também significa que devemos informar o titular dos dados sobre o tratamento de uma forma acessível e de fácil compreensão e que não devemos tratar os dados pessoais de forma que não fosse previsível para o titular.
- **Limitação das finalidades:** devemos apenas recolher dados pessoais para finalidades específicas, explícitas e legítimas e não tratar dados para além da finalidade para a qual foram recolhidos ou de forma incompatível com a mesma.
- **Minimização de dados:** os dados que recolhemos e tratamos devem ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.

- **Exatidão:** temos a obrigação de garantir que os dados pessoais são exatos e de manter os dados pessoais atualizados.
- **Limitação da conservação:** não devemos conservar dados pessoais por um período superior ao necessário para as finalidades para as quais foram recolhidas.
- **Integridade e confidencialidade:** os dados devem ser tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.
- **Responsabilidade:** a EPAL, em nome da AdVT, deve conservar evidências adequadas do cumprimento das obrigações vigentes ao abrigo do RGPD.
- **Privacidade desde a conceção e por defeito:** todos os procedimentos implementados na EPAL e subscritos pela AdVT que incluam o tratamento de dados pessoais, em seu nome, devem ser concebidos seguindo os princípios da proteção de dados desde a conceção e por defeito, de forma a garantir a proteção dos dados e a privacidade da informação, independentemente do meio de armazenamento e ferramentas utilizadas no tratamento desses dados.

4. QUE DADOS PESSOAIS RECOLHEMOS

Serão dados pessoais quaisquer informações relativas ao titular dos dados que permitam identificá-lo, tais como:

- dados de identificação (e.g. nome);
- dados de contacto (e.g. morada, endereço de email, números de telefone);
- dados profissionais e curriculares (e.g. habilitação académica e profissional, histórico profissional);
- dados de navegação e de perfil de utilizador (e.g. dados de acesso, dados de tráfego, nome de utilizador e palavra-passe).

Podem ainda ser recolhidos dados adicionais que o titular dos dados pretenda fornecer nos campos de texto livre dos formulários existentes no website da AdVT, no envio ou solicitação de informações, no processo de marcação de visitas às nossas instalações e no registo de reclamações, sendo que a recolha de dados pode ser feita através do site ou de outros meios de contacto.

Poderão existir situações particulares, em que poderá ser necessário tratar dados pessoais adicionais aos supra referidos, sempre considerando o princípio da minimização, face à finalidade que se pretende prosseguir.

5. QUAIS AS FINALIDADES DE TRATAMENTO DOS DADOS, PORQUÊ E DURANTE QUANTO TEMPO TRATAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Os dados dos titulares podem ser tratados para as seguintes finalidades:

- Gestão e navegação no *website* da AdVT - e.g. gestão de cookies, subscrição de newsletter, marcação de visitas e submissão de assuntos diversos através dos formulários digitais

- Gestão de reclamações, sugestões e pedidos de informação - e.g. livro de reclamações online, formulário de solicitações/esclarecimentos;
- Gestão de recrutamento e seleção de pessoas – e.g. análise de candidaturas espontâneas ou a ofertas de emprego;
- Gestão de fornecedores - e.g. contratação de serviços, gestão de contratos de empreitadas;
- Gestão de eventos, passatempos e ações de educação ambiental – e.g. participação em iniciativas de educação ambiental, realização de visitas às instalações da AdVT.

Os seus dados pessoais apenas serão alvo de tratamento nos casos em que exista um fundamento de licitude. O fundamento de licitude dependerá dos motivos pelos quais foram recolhidos os dados pessoais e da necessidade de utilização dos mesmos.

Apresentamos as bases de licitude possíveis para o tratamento dos seus dados pessoais:

- **Execução de um contrato ou diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados com vista à celebração de um contrato (artigo 6.º, n.º 1, al. b) do RGPD)** - O tratamento que for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados. Será o caso do tratamento de dados para gestão de contratos de prestação de serviços e de empreitadas, processos de recrutamento e seleção.
- **Obrigação jurídica (artigo 6.º, n.º 1, al. c) do RGPD)** - O tratamento necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito. Será o caso do tratamento de dados para gestão de reclamações, recolha e conservação de dados pessoais que sejam necessários para cumprimento de determinadas obrigações legais.
- **Interesses legítimos da empresa (artigo 6.º, n.º 1, al. f) do RGPD)** - O tratamento necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança ou se este fundamento estiver vedado à AdVT por se encontrar a agir na prossecução de interesses ou autoridade pública.
- **Consentimento do titular dos dados (artigo 6.º, n.º 1, al. a) do RGPD)** - O titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas. Será o caso da adesão à nossa newsletter ou do uso de cookies que não sejam estritamente necessários para o funcionamento do website, da captação de imagem e voz em eventos e participação em passatempos.

No caso de existir tratamento de dados que devem ser considerados como pertencendo a categorias especiais de dados, será necessária a existência de uma exceção à proibição geral de tratamento para que os dados possam ser licitamente tratados, conforme consta do n.º 1 e n.º 2 do artigo 9.º do RGPD, pelo que, nem todas as bases de legitimidade supra referidas são aplicáveis.

Não serão mantidos dados pessoais por mais tempo do que o necessário para cumprir a finalidade para a qual foram recolhidos. Para determinar o período de retenção apropriado, foi considerado a quantidade, a natureza e a sensibilidade dos dados pessoais, as finalidades de tratamento, as obrigações legais, regulamentares, normativas ou contratuais ou enquanto durar o consentimento do titular.

Foram considerados os períodos durante os quais existe a necessidade de reter os dados pessoais devido a obrigações legais ou para dar resposta a queixas ou para resolução de litígios.

Os dados pessoais serão eliminados em segurança após o período de retenção definido. Será levado em consideração ao longo do tempo, a realização de ações de minimização de dados pessoais que

são alvo de tratamento, e avaliação da possibilidade de anonimizar os mesmos para que não possam ser associados ao titular dos dados, nem seja possível identificá-lo, sendo que, nesse caso, seja possível utilizar essas informações sem voltar a ser notificado.

6. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS DO TITULAR DOS DADOS

A AdVT e a EPAL comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais assegurando a privacidade e transparência no seu tratamento, no respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais das pessoas singulares e no cumprimento das obrigações decorrentes do RGPD.

A EPAL deve aplicar medidas de segurança com vista à preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais, de forma a garantir que:

- i. Não existem acessos indevidos ou usos não autorizados dos dados pessoais;
- ii. Os dados pessoais se mantêm corretos e pertinentes para os propósitos para os quais foram recolhidos; e
- iii. Os dados pessoais permanecem disponíveis para serem tratados no âmbito das finalidades de tratamento autorizadas.

Como forma de garantir a preservação dos dados pessoais, nos termos acima referidos, a EPAL tem implementadas diversas medidas de segurança, tais como:

- a) Políticas e procedimentos de segurança da informação e privacidade;
- b) Cláusulas contratuais específicas para garantir a proteção dos dados pessoais;
- c) Código de ética e conduta para trabalhadores e fornecedores;
- d) Formação sobre privacidade e proteção de dados pessoais;
- e) Gestão de acessos aos seus ativos e à informação;
- f) Manutenção de registos de atividade de tratamento de dados pessoais;
- g) Realização de backups;
- h) Implementação de redundâncias nos sistemas de informação;
- i) Mecanismos e ferramentas para segurança das redes e dos sistemas de informação;
- j) Encriptação;
- k) Anonimização ou pseudonimização.

Quando os dados pessoais são recolhidos através do website da AdVT, estas informações são transmitidas pela Internet de forma segura usando encriptação de nível elevado.

7. PARTILHA DOS DADOS PESSOAIS DO TITULAR DOS DADOS

Os dados pessoais do/a titular dos dados podem ser partilhados com outras empresas dentro do Grupo empresarial de que fazem parte a AdVT e a EPAL (o Grupo Águas de Portugal) com as finalidades supra referidas, nomeadamente no contexto de serviços centrais do grupo ou iniciativas comuns com outras empresas.

A EPAL, em nome da AdVT, poderá ainda transmitir os dados pessoais dos titulares a entidades terceiras quando julgue tais comunicações como necessárias e adequadas:

- i. para finalidades lícitas à luz da legislação aplicável;
- ii. no cumprimento de obrigações jurídicas/ordens de entidades administrativas ou judiciais; ou
- iii. para responder a solicitações de autoridades públicas ou governamentais.

A AdVT e a EPAL procurarão limitar transferências de dados para países terceiros no contexto das operações de tratamento de dados constantes desta Política.

No entanto, caso venha a ser necessário transferir os seus dados para fora do Espaço Económico Europeu, por exemplo no contexto da utilização de determinados prestadores de serviços de suporte de sistemas informáticos, a EPAL implementará as medidas necessárias para garantir que estas transferências cumprem a legislação aplicável e que é garantido um nível de proteção essencialmente equivalente aos dados pessoais dos titulares. Tal poderá ser atingido, por exemplo, ao assegurar a existência de uma Decisão de Adequação da Comissão Europeia relativamente ao país de destino ou através da celebração de Cláusulas Contratuais-Tipo e, se necessário, implementação de medidas suplementares.

8. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

Por lei, o/a titular dos dados tem o direito a:

- **Pedir informações** sobre se detemos dados pessoais a seu respeito e, em caso afirmativo, que dados são estes e por que motivo os detemos.
- **Pedir acesso** aos dados pessoais, recebendo uma cópia dos dados pessoais que detemos a seu respeito em formato corrente e que lhe permita verificar se estamos a tratá-los de modo legítimo, desde que isso não prejudique os direitos e liberdades de terceiros.
- **Pedir a retificação** dos dados pessoais que detemos a seu respeito podendo solicitar a qualquer momento a retificação, atualização ou complemento dos dados incompletos ou inexatos que detemos a seu respeito.
- **Pedir o apagamento dos seus dados pessoais** podendo solicitar o apagamento em qualquer momento dos dados pessoais quando um prazo de conservação seja atingido ou o tratamento de dados deixe de ser lícito. Terá igualmente o direito de pedir o apagamento ou remoção dos seus dados pessoais nos casos em que tenha exercido o seu direito de oposição ao tratamento (ver abaixo). Este direito não é ilimitado e a AdVT, ou a EPAL em nome da AdVT, poderá recusar-se a dar provimento ao seu pedido em determinadas situações, nomeadamente quando os dados ainda sejam necessários para a finalidade que motivou a recolha ou o tratamento seja exigido para cumprimento de uma obrigação legal.
- **Opor-se ao tratamento dos dados pessoais** nos casos em que dependamos de um interesse público ou interesse legítimo e exista um motivo válido para se opor. Este direito será particularmente relevante no contexto de tratamentos levados a cabo para a finalidade de marketing direto ou para finalidades distintas daquelas para as quais os dados pessoais foram recolhidos.
- **Pedir a limitação do tratamento de dados** obrigando a suspensão do tratamento de dados pessoais quando a) contestar a exatidão dos dados pessoais; b) o tratamento for ilícito e o titular solicitar a limitação por alternativa ao apagamento; c) a AdVT já não precisar dos dados para a finalidade original, sendo estes requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um

direito num processo judicial e; d) quando o titular se tiver oposto ao tratamento, até se averiguar se as razões imperiosas e legítimas invocadas pela AdVT, ou pela EPAL em nome da AdVT, prevalecem sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados.

- **Retirar o consentimento:** nas circunstâncias limitadas em que possa ter fornecido o seu consentimento para a recolha, tratamento e transferência dos seus dados pessoais por um motivo específico, o titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento para aquele tratamento em específico em qualquer momento.
- **Direito de portabilidade:** através do qual, em determinadas circunstâncias, o titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à AdVT ou à EPAL em nome da AdVT, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir.

Se pretender exercer qualquer um destes direitos, contacte-nos através do endereço de email epd.epal@adp.pt ou envie o seu pedido por carta para a morada Avenida da Liberdade, nº 24 • 1250-144 Lisboa.

Poderemos precisar de lhe pedir para confirmar informações específicas para nos ajudar a garantir a sua identidade e o seu direito de aceder às informações (ou de exercer qualquer um dos outros direitos).

Esta é outra medida de segurança apropriada para garantir que as informações pessoais não sejam divulgadas a qualquer pessoa que não tenha o direito de as receber.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem o direito a apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento lícito por parte da AdVT, nos termos da legislação aplicável e da presente Política.

9. FALE CONNOSCO

O titular dos dados poderá contactar a AdVT para todos os assuntos relacionados com o tratamento dos seus dados e o exercício dos direitos que lhe são conferidos através do seguinte endereço de email: epd.epal@adp.pt ou envie o seu pedido por carta para a morada Avenida da Liberdade, nº 24, 1250-144 Lisboa.

10. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A AdVT reserva-se ao direito de, a qualquer momento, e por qualquer razão que considere pertinente, proceder a modificações ou atualizações à presente Política, sendo essas alterações devidamente refletidas no website. Sugerimos que os titulares consultem regularmente esta página para ficarem a par de quaisquer alterações. Sem prejuízo, caso estas alterações impliquem uma alteração substancial relativamente à forma como os seus dados serão tratados, a AdVT notificará os titulares através dos dados de contacto que lhe tenham sido disponibilizados e/ou da colocação de um aviso em local destacado no website.

